

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E MINORIAS

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
REQUERIMENTO N.º 2002
(DO SR. LUIZ RIBEIRO)**

Solicito que sejam convidados os Representantes das Instituições financeiras de Cartão de Crédito, o Presidente do Banco Central - Armínio Fraga, e Fernando Scalzilli Vice- Presidente da Associação dos Direitos do Consumidor – Proconsumer, para prestarem informações sobre o procedimento das administradoras em relação ao consumidor.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública a ser agendada, os Representantes das Instituições financeiras de Cartão de Crédito, o Presidente do Banco Central - Armínio Fraga e o Vice-Presidente da Associação dos Direitos do Consumidor/Proconsumer - Fernando Scalzilli, para prestarem informações sobre o procedimento das administradoras de cartão de crédito em relação ao consumidor e a cobrança de altas taxas de juros, liberação do limite para compras somente após 48 ou 72 horas e até 7 dias úteis do pagamento.

JUSTIFICAÇÃO

Solicito essa Audiência Pública, a fim de ouvir as administradoras de Cartão de Crédito pelos abusos que vêm cometendo com os consumidores, cobrando altas taxas de juros, enviando cartões sem o consentimento do cidadão, e destes o pior

é o constrangimento que tem causado em seus usuários que seguros do pagamento do cartão na data do vencimento ou até antes, ao realizar compras com seu cartão não é “AUTORIZADO”, isto é não tem de imediato a liberação do seu limite para compras, deve esperar de 48h a mais para que possa usar seu cartão, situação essa desprezível, pois com todo os recursos da nova tecnologia usada pelos bancos, ainda mais é que os bancos dos quais somos clientes é que fazem toda essa operação junto a essas administradoras, logo gostaria de entender como é processado esse pagamento, porque tanta demora, entendo que o pagamento é repassado “on line”, pelos bancos às administradoras essa é a lógica, e não se justifica essa demora, o que podemos abstrair desse procedimento é a falta de respeito aos consumidores e a necessidade de um basta nessa situação.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 2002.

LUIZ RIBEIRO
Deputado Federal
PSDB – RJ